

Crise política e setores populares no Brasil.

Processo de produção: investigação em curso.

GT10: Estudos políticos, sócio - jurídicos e institucionais.

Prof. Dr. João Ignacio Pires Lucas

Resumo:

O objetivo central do trabalho é verificar o tipo de participação política desenvolvida pelos usuários das políticas sociais públicas brasileiras dos últimos anos. Outros objetivos secundários são: analisar a associação entre a participação político e a avaliação que esses usuários fazem das políticas públicas, especialmente quanto ao atendimento interpessoal com os profissionais e técnicos; e analisar a associação entre a participação política e as interferências sofridas na comunidade e pelos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, são analisadas as informações coletadas em dois *surveys* feitos junto aos usuários das políticas de assistência social e saúde nos municípios de Caxias do Sul, de Bento Gonçalves e de São Marcos, todos da região Nordeste do Rio Grande do Sul¹.

Palavras-chave: políticas públicas, participação política, meios de comunicação e massa.

Introdução

Dentre as políticas sociais públicas escolhidas para a seleção de usuários, destacam-se os programas e serviços: como o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF – (como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada – BPC -, dentre outros) gerido pelos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS – e a Saúde da Família (também chamada de Estratégia de Saúde da Família), gerida pelas Unidades Básicas de Saúde – UBS. O primeiro no âmbito da assistência, e o segundo, na saúde, são sinônimos de políticas sociais públicas voltadas para a população mais carente e vulnerável. Como pode ser verificado neste trabalho, tais usuários têm baixa renda (a maioria recebe, por família, até dois salários mínimos por mês) e baixa escolaridade (a maioria estudou até o fundamental incompleto). Quanto à participação política, os tipos pesquisados são os mais tradicionais nas modernas democracias ocidentais, ou seja, participação em: partidos políticos, sindicatos, associação de moradores, clubes de mães, atividades religiosas, dentre outras.

Do ponto de vista teórico, o objetivo é analisar esses dados a partir da articulação de duas referências atuais sobre os efeitos e as interações entre as condições de pobreza, de miséria, de vulnerabilidade e de riscos, por um lado, e as formas e sentidos da participação e organização política desses setores (usuários das tais políticas). Uma dessas referências é aquela que, internacionalmente, parte da (sequência) do desenvolvimento humano no sentido de que as condições sociais (e cognitivas) estão na base do desenvolvimento para a consolidação de condições políticas e institucionais de cunho democrático (no sentido liberal participativo). Tais referências situam-se, desde os documentos da ONU sobre o desenvolvimento humano, até às reflexões e pesquisas acadêmicas como as praticadas por Inglehart e Welzer (2009). A outra referência teórica é a expressa nas obras de pensadores críticos como Zizek (2012), dentre outros, que analisam o peso crucial da pobreza, da miséria, do desemprego,

¹ As duas pesquisas contaram com o apoio da Universidade de Caxias do Sul e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

todos esses fenômenos dentro do contexto atual e global da crise capitalista. Destaca-se, entre esses autores críticos, não apenas uma visão mais pessimista sobre as condições sociais dos setores vulneráveis, mas, e especialmente, a situação crítica da própria democracia liberal ocidental. De certa forma, não apenas a dificuldade econômica e produtiva para a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho pode (e tem) interferido negativamente do ponto de vista ideológico nas chamadas “visão de futuro” e graus de confiança (nos governos, no futuro, nas comunidades), mas a também dificuldade da democracia em organizar e representar essa população tem mostrado sido fundamental para a crise da política tradicional e para o surgimento de movimentos sociais alternativos como os desenvolvidos na Europa, Estados Unidos e norte da África.

O trabalho está dividido em duas partes, uma para a discussão das políticas sociais públicas no Brasil e os efeitos esperados e verificados para a consolidação, ou não, da democracia; e a segunda para a discussão dos dados das pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul.

Como síntese, não somente a aproximação das agendas entre as pesquisas e as próprias políticas públicas é fundamental, bem como a aproximação de estudos e tradições teóricas voltadas para a análise dos fenômenos políticos contemporâneos. Nesse sentido, articulando teóricos como Zizek (2012) e Inglehart e Welzer (2009), pode-se dizer que as condições sociais dos miseráveis e pobres no Brasil têm melhorado significativamente, até podendo ser analisada pelo crescimento do consumismo, mas, por outro lado, as “condições” políticas – tanto as marcadamente liberais quanto as de cunho revolucionárias – ainda estão em compasso de espera.

I – As políticas sociais públicas no Brasil e a crise global

Talvez o dilema maior com os problemas do fim do mundo seja justamente para aqueles grupos sociais brasileiros que estão usufruindo ultimamente dos programas sociais nas áreas da assistência e saúde. Quem são e o que pensam esses brasileiros que estão “saindo” da extrema pobreza, da miséria, isto é, das condições de vulnerabilidade e riscos? Quem são e o que pensam essas pessoas que estão sendo cada vez mais atendidas nos programas e projetos sociais nas áreas da assistência e saúde? Quem são e o que pensam esses “novos” trabalhadores e consumidores, pois a sua juventude não é, necessariamente, da idade, mas da dignidade? Quem são e o que pensam esses cidadãos, se o mundo no qual eles estão “entrando” está com fortes sinais de esgotamento? Quem são e o que pensam, justamente aqueles que estão se deparando com uma certa promessa incompleta de cidadania, pois estão se transformando em cidadãos de um sistema global como o caracterizado por Zizek?

É claro, quem além de Zizek (2011) concorda com o fim dos tempos e com a crise política do capitalismo? Com certeza, seus colegas de visão marxista – que até já fizeram duas conferências na Europa sobre o retorno da ideia do comunismo -, como Harvey (2012, 2011), Eagleton (2012), Badiou (2012), Jameson (2011), Therborn (2012), afora Zizek em outros textos, Zizek (2012, 2013), Mészáros (2009). Porém, o mais interessante é que uma das mais importantes instituições oficiais do mundo também tem concordado em parte com essa visão, a Organização das Nações Unidas – ONU. Um dos sintomas dessa parcial aceitação é a publicação nos mais recentes Relatórios de Desenvolvimento Humano – RDH -, de “ajustes” ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – no que concerne às questões de desigualdade em geral e desigualdade de gênero, ajustes esses que têm retirado percentuais significativos mesmo de países com IDH “muito elevado”. Isto é, afora todos os “programas” que estão ligados à ONU para o combate à miséria, às desigualdades e em favor do desenvolvimento humano sustentável, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - (responsável pelos RDH anuais), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA -, Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-HABITAT -, dentre outros mais “clássicos” como a Organização Internacional do Trabalho – OIT; a Organização Mundial de Saúde – OMS; e a

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO), a ONU, via os ajustes do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, revela uma tendência de que a crise do sistema capitalista é forte. No RDH de 2013, o índice o IDH geral foi ajustado ou complementado de outros índices como: da desigualdade (gerando um IDH ajustado à desigualdade), de gênero (gerando um Índice de Desigualdade de Gênero – IDG), além do Índice de Pobreza Multidimensional – IPM.

Tabela 1 –IDH, IDG e perda % do IDH ajustado à desigualdade, 2013.

Níveis	IDH geral 2012	% população	daPerda em % do IDH ajustado à desigualdade	IDG 2012
Muito elevado	0,905	16	11	0,193
Elevado	0,759	15	21	0,376
Médio	0,640	50	24	0,457
Baixo	0,466	19	35	0,578
Mundo	0,694	100	23	0,463

Fonte: RDH, 2013.

A divisão em quatro níveis do IDH, “muito elevado”, “elevado”, “médio” e “baixo”, corresponde a uma medida estatística de separação do total de países em quatro grupos com a mesma quantidade (47, apenas o último quartil tem 45 países). No grupo do desenvolvimento “muito elevado”, figuram, em geral, os países chamados de “desenvolvidos”, como a Noruega (líder de IDH), Austrália, Estados Unidos, Holanda, etc., mas também contêm países em crise como a Espanha, Portugal, Grécia, Chipre, Islândia, Irlanda, Itália, dentre outros. Esses países detêm 16% da população global, e se antes desfrutavam de uma condição melhor, aos poucos vão perdendo forças na efetivação da cidadania, especialmente para os pobres e imigrantes. Eles ainda são os países que apresentam menor IDG e menor perda de IDH ajustado à desigualdade.

Mas, na Tabela 2, sobre os indicadores sociais do desenvolvimento, pode-se constatar que os países de desenvolvimento “muito elevado” estão bem na área da escolaridade, comparativamente aos outros grupos de países, mas numa situação mais crítica no âmbito do emprego/desemprego. Os países “mais desenvolvidos” estão com altos índices de desemprego entre jovens e a menor “razão” entre população adulta e trabalhadores (59%). Mesmo que na Tabela 2 não apareça a média de desemprego entre jovens nos países de desenvolvimento “médio” e “baixo”, países desse grupo apresentam resultados melhores quando comparados com os resultados dos países de desenvolvimento “muito elevado”. Por exemplo, os países emergentes como o Brasil (23%), a Rússia (16%) e Índia (16%), apresentam taxas menores do que a Itália (32%), Irlanda (35%), Espanha (48%), Portugal (32%) e Grécia (52%). Entre outros países mais desenvolvidos, os EUA (19%), e França (23%) têm resultados nos padrões dos emergentes, apenas a Alemanha (9%) está com um percentual bem abaixo dos demais. Ou seja, ainda um fator que marca a diferença entre os mais desenvolvidos do grupo chamado de emergente, do qual faz parte o Brasil, é a escolaridade, pois o acesso ao emprego está pior na Europa e EUA do que nos países do hemisfério sul.

Tabela 2 – Indicadores sociais do desenvolvimento, 2013

Níveis	Razão população % (mais de 25 anos)	emprego-Desemprego jovem % (15-24 anos)	% da população com ensino secundário, pelo menos, (mais de 25 anos)	Taxa de abandono do ensino primário
	2011	2005-2011	2010	2002-2011
Muito elevado	59	20	86	4
Elevado	61	22	64	7
Médio	68	-	51	19
Baixo	72	-	25	42
Mundo	66	-	58	18

Fonte: RDH, 2013.

O grupo dos países de desenvolvimento elevado, que representam 15% da população global, contêm alguns dos atuais emergentes que seguram o desenvolvimento global, São casos como o do Brasil, da Rússia, além de uma boa parte dos países da América Latina (México, Jamaica, Uruguai, Cuba, Equador, Venezuela, Colômbia e Peru), e países do leste Europeu (Sérvia, Albânia, Macedônia, Bulgária, Romênia, Bósnia-Herzegovina) - além de algumas das ex-repúblicas da extinta URSS (Bielorrússia, Geórgia, Ucrânia, Azerbaidjão, Armênia, Cazaquistão) – que seguram o desenvolvimento global nos dias atuais. Também figuram nesse grupo países do norte da África, como a Líbia, Argélia, Tunísia, bem como países do oriente próximo (Kuwait, Líbano, Omã, Irã). Nesse, em média, tanto a desigualdade de gênero quanto o ajuste do IDH à desigualdade são maiores do que no grupo de desenvolvimento muito elevado. Porém, quanto ao desemprego entre os jovens, por exemplo, os últimos detêm números menores do que os mais desenvolvidos. Porém, a maioria da população mundial vive nos países de IDH “médio” e “baixo”, cerca de 2/3 do total. No grupo dos desenvolvimento médio, constam os gigantes China e Índia, além de outros países da Ásia (Vietnam, Laos, Camboja, Tailândia, Filipinas, Síria), da América Latina (Bolívia, Paraguai, Guatemala, El Salvador), e da África (África do Sul – outro emergente -, Gabão, Egito). E no grupo do desenvolvimento baixo, encontram-se os países da Ásia (Paquistão, Nepal) e África, esse um maior. Nesse países, como era de se esperar, estão os maiores índices de desigualdade de gênero e desigualdade geral.

O problema com esse contexto global, é que os países que detinham, e detêm, um IDH muito elevado, e que eram, e ainda são, àqueles com padrões sociais mais desenvolvidos, estão em crise, enquanto que os países com padrões sociais menos racionais e igualitários, como o Brasil, a China e a Índia, são os que mais crescem atualmente. O que a população pode fazer, especialmente a mais carente? Quais são as saídas?

A discussão do capital social (Putnam, 2004, 1996) aponta para a necessidade da existência de uma comunidade cívica que consiga contribuir tanto com o desenvolvimento humano e sustentável quanto com a democracia. Ou seja, a democracia e o desenvolvimento humano e sustentável são mecanismos de proteção e solução de problemas, justamente dos problemas apontados por Zizek (2011), problemas que estão levando ao “fim dos tempos”. Por isso, na próxima parte, serão analisadas informações sobre os efeitos na participação política que estejam produzindo as interações sociais comunitárias. Isto é, uma saída para a crise é àquela que possa vir da própria sociedade, especialmente da sociedade mais carente, pois essa tem muito a perder.

Outra saída, apesar de ser característica dos países mais desenvolvidos, é a da consolidação de

um desenvolvimento humano a tal ponto que seja produzido valores de autoexpressão (Inglehart e Welzer, 2009). É claro, a população investigada neste trabalho representa um setor da sociedade marcado por vulnerabilidades e riscos, quase todos fortemente associados à falta de renda e a baixa escolaridade, ou seja, pessoas que dificilmente desenvolvem esses valores. De qualquer maneira, até que esses valores surjam, é preciso que exista uma condição humana que permita condições sociais e cognitivas, fase em que estariam agora os entrevistados da próxima parte. Por isso, mesmo que os valores pós-materialistas de autoexpressão ainda não figurem entre os usuários das políticas sociais públicas brasileiras, é claro que as condições sócio-econômicas já devem estar sendo contempladas, sob pena de que esses valores não brotem no futuro.

O dilema para a questão dos valores, e da existência de uma cultura política democrática é o tempo para isso, e os exemplos dos países mais desenvolvidos, que detêm esses valores agora, mas que estão vendo as suas conquistas serem flexibilizadas pelos atuais planos econômicos patrocinados pela liderança da Comunidade Europeia e dos principais bancos e instituições financeiras multilaterais.

Essas questões todas reforçam a necessidade de organização política dos setores populares, mesmo que Zizek (2012) reconheça que esses grupos têm dificuldade de organizarem-se sozinhos. Tese clássica de um setor do movimento socialista, o leninista, de que a consciência de classe vem de fora dela, através da ação de intelectuais e de partidos políticos de revolucionários bem treinados. Se isso estiver certo, os pobres e marginalizados que estão sendo incluídos nos sistemas de bens e serviços nos países em desenvolvimento não vão conseguir manter esses benefícios por muito tempo, até que chegue o fim dos tempos

II – Participação política

Se o grande dilema atual é sobre a capacidade de participação política dos usuários das políticas sociais públicas no Brasil, o dilema já está resolvido, não há essa participação. A Tabela 3 traz os dados básicos sobre a participação política em sindicatos, partidos políticos e associações de moradores (dentre outras) dos usuários das políticas sociais públicas dos municípios de Caxias do Sul, São Marcos e Bento Gonçalves, do Estado do Rio Grande do Sul. E a constatação é que a participação é muito baixa.

Tabela 3 – Participação política entre usuários das políticas sociais públicas.

	2009	2012
Participa	7% (112)	6%
Não participa	93% (526)	94%
Total	100% (638)	100% (286)

Fontes: pesquisa junto aos usuários do CRAS, Caxias do Sul, RS, 2009. Pesquisa junto aos usuários do PAIF e ESF, Bento Gonçalves e São Marcos, RS, 2012.

A pesquisa de 2009 foi realizada com 638 usuários atendidos nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS – de Caxias do Sul. Esses usuários eram atendidos nos diferentes programas de assistência social promovidos pelo Governo Federal, como o Serviço de Proteção e Atenção Integral da Família – PAIF. Na pesquisa de 2012, foram entrevistados membros de 286 famílias dos municípios de São Marcos e Bento Gonçalves, sendo que foram coletadas informações sobre 1033 usuários dessas famílias. Porém, quanto às perguntas alvo da análise para este trabalho, contam apenas os 286 entrevistados de cada família (os 1033 são válidos para o perfil sócio-econômico dos usuários, bem como em relação aos atendimentos dos programas sociais em questão).

Como pode ser constatado na Tabela 3, os baixos percentuais de participação são praticamente os

mesmos, oscilam entre 7% e 6%. Nos dois levantamentos, os percentuais aumentam se forem associados também os momentos em que essas pessoas estão em atividades religiosas. Mas, essas são, fundamentalmente, a participação em cultos e celebrações religiosas. Na pesquisa de 2012, os entrevistados que informaram algum tipo de participação em atividades religiosas foi de 60%, sendo que desses, 54% na Igreja Católica e 44% nas Evangélicas, e 1% na Umbanda. Ou seja, nesse perfil social já pode-se verificar uma divisão entre os tipos de participação e envolvimento.

Outras informações sócio-econômicas são: no levantamento de 2009, realizado em Caxias do Sul, 93% dos usuários dos CRAS eram mulheres, o que significa um dado já consagrado para os usuários das políticas de assistência social, são mulheres. Na pesquisa de 2012, como os dados já perpassam a totalidade das famílias, dos 1033 entrevistados (respondentes e familiares) já existe um maior equilíbrio, pois 49% dos dados familiares eram de homens, e 51% de mulheres. Quanto à escolaridade e renda, nas duas pesquisas o perfil encontrado é de baixa renda e escolaridade (75% até o fundamental incompleto, e 88% até 2 salários mínimos, isso na pesquisa de 2009 – apenas com os usuários do CRAS – e 73% de escolaridade até o fundamental incompleto e 55% até 5 salários mínimos). Isto é, são pessoas de baixa renda, baixa escolaridade, com famílias chefiadas por mulheres.

A baixa participação política não é acompanhadas de baixos contatos interpessoais nas comunidades em questão, nem em relação ao uso e acesso dos meios de comunicação de massa. Na Tabela 4 pode existem informações sobre contatos e acessos médios dos entrevistados da pesquisa de 2012. Com exceção de ler o jornal (3,5) e acessar à internet (5,7), as outras médias atingiram um patamar razoável e ótimo, como falar com os amigos e assistir à TV. Nas comunidades de baixa renda, os contatos interpessoais tendem a ser mais intensos do que em outros contextos sociais. Por isso, esse tipo de contato recebeu uma nota média superior até e verificada para o acesso à TV. O mais interessante, é que àqueles contatos representativos da comunidade receberam respostas nas mesmas proporções das tradicionais relações com os meios de comunicação de massa (TV e rádio). O problema político, é que essas interações comunitárias não redundam em organização política.

Tabela 4. Informação e interação social.

	Nota média de contato e acesso (0-10)
Falar com os amigos	8,3
Assistir à TV	8,1
Falar com os parentes	7,6
Ouvir o rádio	7,5
Falar com os vizinhos	7,1
Entrar na internet	5,7
Ler o jornal	3,5

Fonte: Pesquisa junto aos usuários do PAIF e ESF, Bento Gonçalves e São Marcos, RS, 2012.

Até que ponto o Estado e as políticas públicas podem incidir sobre isso, é apenas uma questão cultural, comportamental fadada ao fracasso ou sucesso? A falta de organização política tradicional nem é pela falta de articulação comunitária, o grande problema é traduzir-se essa interação em organização política. Nesse quesito, o principal fracassado é o partido político e a associação de moradores, pois nem nessa estrutura dos movimentos populares as pessoas participam.

A seguir, são apresentados alguns cruzamentos e análises para a testagem de certas hipóteses quanto à relação entre características sócio-econômicas, atitudinais e de interação social, com a

participação política e avaliação dos serviços e programas, bem como dos governos federal e municipal.

Hipótese de que a participação política depende do grau de satisfação com o atendimento e com a política social em geral. Não existe associação significativa entre essas variáveis. A participação política pode ser baixa, mas a satisfação é relativamente alta, como pode ser visualizado na Tabela 5. Os dados de 2010 foram divididos em relação aos usuários do PAIF, geralmente os atendimentos acontecem no CRAS; e os usuários da ESF, além de casa, eles são atendidos nas Unidades Básicas de Saúde (sede dos Programas, lugar em que ficam os profissionais responsáveis, como os Agentes Comunitários de Saúde).

Tabela 5. Satisfação com o trabalho dos técnicos, profissionais.

	2009 CRAS	2012 ESF/UBS	2012 PAIF/CRAS
Satisfeito	77%	50%	60%
Mais ou menos	0%	28%	26%
Insatisfeito	22%	22%	14%
NR	1%	-	-
Total	100%	100%	100%

Fontes: pesquisa junto aos usuários do CRAS, Caxias do Sul, RS, 2009. Pesquisa junto aos usuários do PAIF e ESF, Bento Gonçalves e São Marcos, RS, 2012.

A satisfação até pode ser desfavorável, no sentido de que certas demandas dessas pessoas já estariam sendo atendidas. É claro, que pelo grau de carência dessa população o tipo de atendimento não é o fator mais importante, pois a maior demanda é pelo serviço em si, seja uma Bolsa Família, uma cesta básica, ou atendimento médico. O tratamento dispensado pelos técnicos até produz efeitos na cultura política. Isso foi constatado na pesquisa de 2009, quando os usuários dos CRAS de Caxias do Sul tiveram que optar entre o atendimento ser visto como “direito” ou “favor”. A metade dos entrevistados respondeu “direito”, e a outra metade, naturalmente, respondeu “favor” (item constatado por várias perguntas diretas e indiretas sobre essa questão: direito/favor). Os usuários querem, como todo mundo, serem bem atendidos e tratados, ainda que o objetivo principal seja o acesso ao bem ou serviço.

Hipótese de que a pouca participação é um desdobramento dos reflexos da grande exposição à mídia tradicional. E a hipótese de que quanto mais interação comunitária, mais participação política. Essas duas hipóteses foram testadas em separado e em conjunto. Nos dois casos, já foram encontrados alguns indícios quanto à influências sobre a participação. Na Tabela 6, por exemplo, já constam informações sobre o grau que as próprias pessoas reconhecem de influência na formação das suas opiniões. Como pode ser visto abaixo, a maioria dos entrevistados de 2012 reconheceu na mídia tradicional, rádio e TV o lugar onde são buscadas as informações, inclusive sobre os governos e as suas políticas.

Tabela 6. Formação da opinião e os pesos dos meios de comunicação e das interações comunitárias.

	Peso na formação da opinião (0-10)	Meio preferencial para obter informações %
Amigos, vizinhos, parentes.	6,6	34%
Meios de comunicação de massa	7,3	64%
Não sabe	-	1%
Não respondeu	-	1%
Total	-	100%

Fonte: Pesquisa junto aos usuários do PAIF e ESF, Bento Gonçalves e São Marcos, RS, 2012.

Quanto a auto-avaliação dos entrevistados de 2012 sobre a formação das suas opiniões, numa escala de zero a 10, eles mesmos reconheceram que o peso maior é para a mídia, do que para os seus vizinhos, parentes e amigos.

Para um teste mais avançado dessas duas variáveis, utilizou-se da análise fatorial², justamente para que fosse possível verificar as correlações subjacentes entre essas variáveis todas, inclusive sobre os graus de satisfação e avaliação com os governos, bem como em relação às políticas sociais. As tabelas 7 e 8 trazem as matrizes de análise fatorial, respectivamente, sem rotação, isto é, de análise dos componentes principais, e com rotação, para enfatizar-se as diferenças, ainda que de uma forma artificial. O método de rotação escolhido foi o *varimax*³.

A matriz de componentes principais que um dos fatores destacado é um que contém as variáveis originais de cunho político, àquelas que procuravam medir as avaliações dos governos Federal e Municipal, bem como, de forma mais direta, os programas e serviços na área da assistência e saúde – PAIF/CRAS, ESF/UBS. A análise fatorial trouxe uma situação interessante, pois as variáveis que lidavam com as mídias de informação e comunicação e os contatos comunitários, com parentes, amigos, vizinhos, houve uma separação em dois fatores, um que pode ser categorizado como “comunitário e informativo”, e outro que contém apenas a TV e o rádio, que pode ser chamado de fator “mídia tradicional”. A internet, a própria TV e o jornal foram “carregados” junto com as interações comunitárias, muito num sentido de informação e comunidade. Mas, de qualquer forma, a TV também carregou num fator diferente junto com o rádio. Mas, a política ficou separada.

Porém, um dos fatores carregou as variáveis midiáticas e comunitárias que guardam mais correlações com as variáveis da política. Nesse sentido, uma carregou positivamente, outras três carregaram negativamente. A positiva sinaliza para que a boa avaliação do Governo Federal está relacionada a um maior contato com os vizinhos. Nem a Prefeitura, nem as políticas específicas conseguiram isso, só a avaliação do Governo Federal. Quanto às cargas negativas, figuram a internet, a renda e a escolaridade, ou seja, há uma tendência de que os entrevistados com mais acesso à internet, mais escolaridade e renda são as pessoas mais críticas na avaliação do Governo Federal. Isto significa que, assim como existe um senso comum de que os mais pobres são aqueles que votam e endossam as ações assistencialistas dos governos, especialmente do Governo Federal, de certa forma, os usuários com mais renda, escolaridade e acesso às novas tecnologia reproduzem essa ideia. E isso é mais significativo em relação ao Governo Federal, até pelo espaço que ele tem na mídia no Brasil, ainda que

2 Para mais informações sobre essa análise: Dancey e Reidy (2006), Kim e Mueller (1978).

3 Esse método ortogonal de variação busca minimizar as variáveis com saturação em cada fator, ou seja, fazer com que cada fator seja independente dos demais. Ver: Dancey e Reidy (2006), Kim e Mueller (1978).

o gestor local sejam as Prefeituras.

Tabela 7. Matriz de componentes principais.

	Fatores			
	Comunitário e informativo	Político e social	Político	Mídia tradicional
Entrar na internet	,504	-,525		
Assistir à TV	,495			,591
Ler o jornal	,524			
Ouvir a rádio				,749
Falar com os amigos	,714			
Falar com os vizinhos	,448	,595		
Falar com os parentes	,585			
Renda		-,443		
Escolaridade		-,511		
Nota Prefeitura			,701	
Nota Governo Federal		,482	,591	
Satisfação PAIF/ESF			,403	

Método de extração: Análise de componentes principais.

A matriz rotada apresenta resultados diferentes da não rotada. Como foi comentado acima, a rotação procura eliminar variáveis em mais de um fator. Por isso, a TV ficou apenas com o rádio, assim como as variáveis comunitárias ficaram sozinhas, sem mais a internet, jornal e TV. Esses itens midiáticos, ficaram juntos com a renda e a escolaridade, fazendo com que esse fator possa ser caracterizado de “sophisticção social”, pois agrega variáveis de mais status e cognição (jornal, internet). Quanto às variáveis políticas, essas ficaram sozinhas também.

Tabela 8. Matriz de rotação de componentes.

	fatores			
	1	2	3	4
Entrar na internet		,775		
Assistir à TV				,725
Ler o jornal		,624		
Ouvir a rádio				,798
Falar com os amigos	,797			
Falar com os vizinhos	,773			
Falar com os parentes	,757			
Renda		,659		
Escolaridade		,632		
Nota Prefeitura			,790	
Nota Governo Federal			,755	
Satisfação PAIF/ESF			,500	

Método de extração: Análise de componentes principais.

Método de rotação: Normalização Varimax com Kaiser.

A rotação foi convertida em 4 interações.

A matriz fatorial artificial (com a rotação), corrobora uma visão mais elitista de que as pessoas não se interessam pela política, até porque a representam como sendo algo apartado da vida, mesmo das interações comunitárias. Quase que se pode perceber um modelo de sistema político tradicional e elitizado com essa matriz. Ou seja, a despeito dessa população ser uma que está usufruindo das políticas sociais públicas, o que poderia ser visto como o algo que representa o lado bom da política, mesmo assim, as avaliações dos serviços públicos e dos níveis governamentais é algo que acaba na separação da política da vida social.

Na matriz fatorial dos componentes principais, ao contrário, matriz mais “realista” das correlações internas do modelo, já aparecem as conexões da política e o que pesa para as pessoas “avaliarem” as ações políticas. Ou seja, a avaliação sobre os serviços públicos e do próprio governo não é isenta de impactos midiáticos e comunitários.

Conclusão

A participação política dos usuários das políticas sociais públicas pesquisados apresentam um padrão de comportamento político caracterizado pela apatia. Se forem retiradas das votações, os usuários não têm nenhuma outra forma de participação política, a não ser algum tipo de envolvimento com práticas religiosas.

A vida na comunidade local não é tão apática como a política. Já se pode perceber uma interação social mais intensa entre os vizinhos, amigos e parentes. E para uma parcela razoável, mesmo sendo pobres, as interações sociais começam a ocorrer no terreno virtual, num nível menor do que os

contatos interpessoais, mas já visível na pesquisa.

Porém, as interações presenciais e virtuais não têm redundado em mais participação tradicional nos movimentos e instituições políticas. Isso também pode ser um sintoma da crise dessas instituições e movimentos, crise retratada na primeira parte. Mas, de qualquer forma, a participação política dos usuários não é forte para, pelo menos, influenciar na própria política pública em questão, pois na pesquisa de 2009 apenas um entrevistado participava do conselho gestor local da política de assistência.

Os meios de comunicação de massa também tem um papel nesse processo de apatia política. Os entrevistados que mais acessam os jornais são os mais críticos no momento das avaliações do Governos Federal. Como os jornais locais tendem a falar também das políticas públicas locais, é interessante notar que não há correlação entre a leitura de jornais e a nota da Prefeitura.

O que motivará essa população para que ela possa participar mais não foi alvo da pesquisa, mas, de certa forma, sozinhos eles realmente terão dificuldades. Nesse sentido, os partidos políticos estão perdendo espaço para as novas igrejas, que pelos dados das pesquisas, têm conseguido chegar mais perto dessas pessoas. Ainda não é possível prever os desdobramentos dessa “aproximação”, mas uma promovida pelos partidos seria mais recomendável para a democracia.

Bibliografia

- Badiou, Alain & Zizek, Slavoj (orgs.) (2010). *L'idée du communisme*. Paris: Lignes.
- Dancey, Christine & Reidy, John (2006). *Estatística sem matemática para Psicologia*. (3 ed.). São Paulo: Artmed.
- Eagrlton, Terry (2012). *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Harvey, David (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, David (2012). *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso.
- Inglehart, Ronald & Welzer, Christian (2009). *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis.
- Jameson, Fredric (2011). *Representing capital*. Londres: Verso.
- Mészáros, István (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Kim, Jae-On. & Mueller, Charles (1978). *Introduction to factor analysis*. Sage University Press.
- Putnam, Robert (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Putnam, Robert & Feldstein, Lewis (2004). *Better together: restoring the American community*. Simon & Schuster Paperbacks.
- RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (2013). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Therborn, Göran (2012). *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo.
- Zizek, Slavoj (2011). *Viver no fim dos tempos*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Harvey, David (2012). *O ano que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo.